



Comissão de Previdência, Saúde e Seguridade – CPSS – IPB.

RELATÓRIO ANUAL A CE-SC-IPB-2019

Período: Janeiro 2018 a Fevereiro de 2019.

Prezados Senhores, prestamos-lhes o seguinte relatório quanto:

I – Composição e Funcionamento.....	pg.2
II - Previdência Privada – IPB Prev (Icatu Seguros).....	pg.3-11
III - Seguro de Vida – IPB Seguro (Icatu Seguros e Porto Seguros).....	pg.12
IV - Plano de saúde – IPB Saúde (Unimed).....	pg.13-20
V - Patrimonial – IPB Patrimônio (Porto Seguros).....	pg.21
VI - Ações da CPSS.....	pg.22
VII - Apreciação e deliberação da CE/SC/IPB 2019.....	pg.23-24
VIII - Anexos.....	pg.25-32

I - COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CPSS

A CPSS

A Comissão de Previdência, Saúde e Seguridade é uma comissão permanente criada pelo Supremo Concílio, com o objetivo de instituir e acompanhar o desempenho de Planos de Previdência Complementar, Planos de Saúde e Seguros de vida e outros para os missionários, ministros e obreiros da Igreja Presbiteriana do Brasil.

MEMBROS

Seus membros, atualmente, eleitos pelo Supremo Concílio da IPB em julho de 2018, são: Presidente - Rev. Pedro Ferreira Rodrigues; Secretário - Rev. Vulmar Dutra de Rezende, demais membros: Rev. Osvaldo Costa Laje, Presb. Josimar Santos Rosa e Presb. Marcos Neemias Negrão Reis.

QUADRO DE PESSOAL

O quadro de pessoal é composto atualmente por um funcionário administrativo no escritório da CPSS sendo este o Rev. Antônio de Oliveira Júnior, com a função de cuidar das adesões, da documentação e do controle dos respectivos planos, bem como servir de elo de ligação entre os usuários dos planos, as entidades administradoras e esta Comissão.

ESCRITÓRIO CENTRAL

O escritório central e administrativo está localizado na Rua José Barbosa da Silva,145, Bauxita, Ouro Preto - MG

SITE, TELEFONE E E-MAIL

O site oficial da CPSS-IPB é www.cpss.org.br; nossos novos telefones são (32)9.9976-2210 e (31)3551-1443 e e-mail de contato cpss@ipb.org.br

Passamos a destacar agora o que objetivamente a CPSS desenvolveu em cada produto, benefício, ação, determinação e proposta de deliberação:

2

IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL

CPSS/IPB – Comissão de Previdência, Saúde e Seguridade da IPB

Rua José Barbosa da Silva,145– Bairro Bauxita- Ouro Preto - MG CEP: 35.400-000
Tel.: (32)9.9976-2210 (31) 3551-1443 - Site: www.cpss.org.br - E-mail: cpss@ipb.org.br

II – PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR – IPBPREV

A CPSS, através de seu escritório, atendeu aos participantes da IPBPrev e aos membros da Igreja em uma média mensal de 65 pessoas, sendo estes missionários da JMN, APMT, das autarquias, agências, da administração direta e indireta da IPB e demais Igrejas da IPB com seus membros .

A CPSS está em constante contato com a antiga operadora do IPBPrev, a Brasilprev, a fim de descobrir residuais financeiros ainda existentes. Em 2012 descobrimos um valor residual de aproximadamente R\$400.000,00(quatrocentos mil reais) e que atualmente 19.03.2018 temos cerca de R\$ 656.743,77 e providências estão sendo tomadas para que essa reserva seja transferida tanto aos respectivos participantes que fazem jus a ela e à conta coletiva da IPB o saldo restante conforme cláusulas contratuais de nosso plano e regras de vesting.

A CPSS esteve presente com stand e/ou fazendo apresentação dos seus benefícios através de Palestras em diversos presbitérios, sínodos, igrejas, autarquias e congressos.

A CPSS recebeu demanda de aproximadamente 6 mil ligações durante o período, mais de 2 mil e-mails, gerando a solução efetiva de diversas instituições e pessoas da IPB.

Atualmente

O plano apresenta 475 certificados ativos no IPBPrev Icatu, mostrando exatamente a confiança que os presbiterianos estão tendo na gestão séria de nosso plano aderindo a este benefício e da ação direta da CPSS. Fatores a considerar:

1 - O Plano

O Plano IPB Previdência Privada – IPBPrev, é administrado pela empresa ICATU SEGUROS com sede na cidade de São Paulo. Uma cia especializada e autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, do Ministério da Fazenda, a instituir e administrar planos de previdência privada.

Olhando para o cenário brasileiro, hoje temos um excelente contrato de previdência para pastores, funcionários e membros da IPB junto a ICATU SEGUROS, onde temos os melhores fundos de investimentos do mercado, inclusive o FUNDO ICATU CLASSIC RENDA FIXA, que é o fundo de renda fixa com o melhor desempenho nos últimos 5 anos (61,53%), e mesmo diante a crise de 2017-2018 o acumulado ficou na média de 12,31% ao ano, ainda a destacar que nosso contrato possui carregamento perto de zero (simbólica taxa de R\$ 1,00 hum real por contribuição) e taxas administrativas baixíssimas em comparação com o mercado.

2 - Evolução do Plano

- Faturamento Janeiro/2018 R\$ 82.375,67
- Faturamento Dezembro/2018 R\$ 120.549,80;
- Aumento de 46,34% no faturamento mensal;
- Faturamento Anual 2018: R\$ 1.066.730,97;
- Aportes e Portabilidades 2018: R\$ 4.166,10;
- Resgates em 2018: R\$ 1.701.936,74
- Número de participantes do plano em Janeiro/2018 – 489 pessoas/certificados.
- Número de participantes do plano em Janeiro/2019 – 482 pessoas/certificados.

3 - Distribuição por Fundo de Investimento

Data base: 31.12.2018

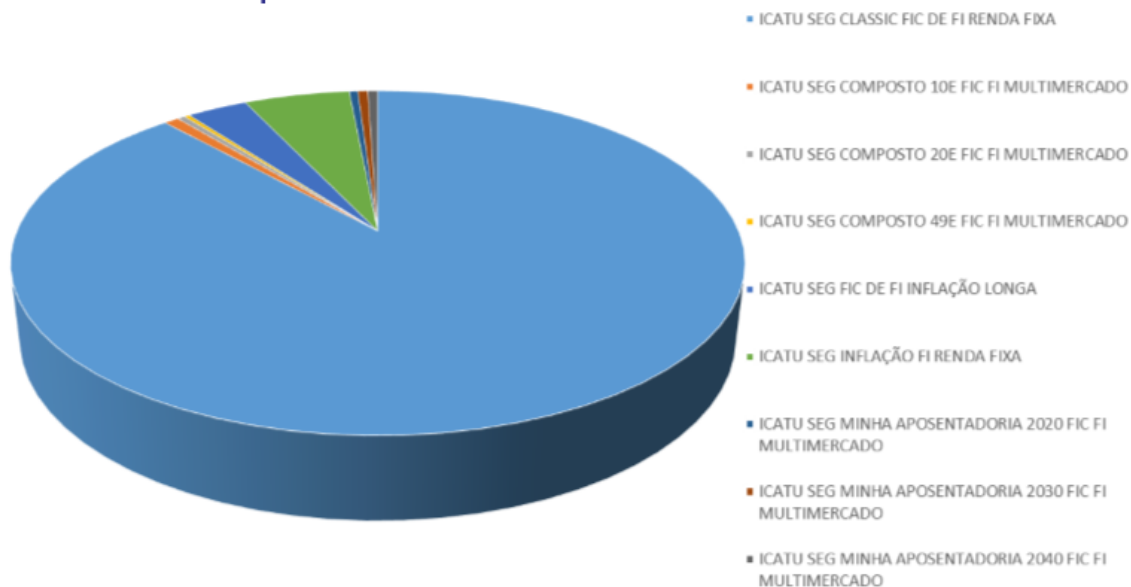
FUNDO	PGBL	VGBL
ICATU SEG CLASSIC FIC DE FI RENDA FIXA	11.132.659,10	2.799.397,12
ICATU SEG COMPOSTO 10E FIC FI MULTIMERCADO	140.506,85	100,32
ICATU SEG COMPOSTO 20E FIC FI MULTIMERCADO	69.617,49	392,02
ICATU SEG COMPOSTO 49E FIC FI MULTIMERCADO	51.829,53	-
ICATU SEG DURATION FI RENDA FIXA	789.798,22	243.418,60
ICATU SEG FIC DE FI INFLAÇÃO LONGA	271.339,10	123.300,78
ICATU SEG MINHA APOSENTADORIA 2020 FIC FI MULTIMERCADO	12.917,85	13.995,11
ICATU SEG MINHA APOSENTADORIA 2030 FIC FI MULTIMERCADO	94.087,09	6.350,39
ICATU SEG MINHA APOSENTADORIA 2040 FIC FI MULTIMERCADO	62.868,02	35.678,66
TOTAL	12.625.623,25	3.222.633,00

CONTA COLETIVA	FUNDO	SALDO
IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL	ICATU SEG CLASSIC FIC DE FI RENDA FIXA	131.349,26

4 - Reserva total dividida por Fundo

Distribuição por Fundo de Investimento

Reserva total dividida por Fundo



5 - Reservas atualizadas

- Reserva total em 31.12.17: R\$ 15.563.853,50

- Reserva total em 31.12.18: R\$ 15.848.256,25



- Se somarmos a reserva total em 31.12.18: R\$ 15.848.256,25 com os resgates em 2018 em torno de R\$ 1.701.936,74 teríamos o montante de R\$ 17.550.192,99.

6 - Rentabilidade dos Fundos de investimento

Nossos fundos tiveram uma média de rentabilidade em 13,11% ao ano considerando todos os 10 fundos, sendo 8,49% a mais do que a poupança* e 0,45% menos que o CDI renda fixa mostrando que os fundos em previdência constituem uma ótima opção para investimento, (*poupança rendeu em 2018 um total de 4,62%).

Fundos de investimento

Opções para todos os tipos de investidor

FUNDOS	TAXA (a.a.)	RENTABILIDADE (%)								
		Nível de Risco	Últimos 12 meses	Últimos 36 meses	Últimos 60 meses	2018	2017	2016	2015	2014
Classic Renda Fixa	1,00%		5,64	31,75	61,53	5,60	9,57	13,52	11,56	9,99
Inflação	1,50%		14,48	48,59	73,04	14,21	9,59	18,35	6,51	9,34
Inflação Longa	1,50%		13,89	64,69	95,29	13,72	11,16	29,17	3,92	14,86
Composto 10E	1,75%		8,66	40,38	67,28	8,45	11,75	15,35	10,20	8,31
Composto 20E	1,75%		9,48	45,92	68,63	9,24	13,19	17,63	7,77	7,28
Composto 49E	1,75%		11,81	63,35	69,82	11,46	17,03	25,15	-0,02	3,70
Minha Aposentadoria 2020	1,75%		7,09	36,07	63,96	6,95	10,62	14,49	10,17	9,57
Minha Aposentadoria 2030	1,75%		11,85	54,19	76,30	11,58	12,74	21,90	4,74	9,34
Minha Aposentadoria 2040	1,75%		14,91	69,86	79,77	14,55	15,36	28,07	-1,13	7,02

Menos risco BENCHMARKS	RENTABILIDADE(%)									Mais risco
	Últimos 12 meses	Últimos 36 meses	Últimos 60 meses	2018	2017	2016	2015	2014		
IMA-B 5+	15,58	72,05	110,64	15,41	12,75	31,04	5,71	16,60		
CDI	6,48	33,82	67,80	6,42	9,93	14,00	13,24	10,81		
IBX	16,66	101,74	75,24	15,42	27,55	36,70	-12,41	-2,78		

Novas Adesões - 2018

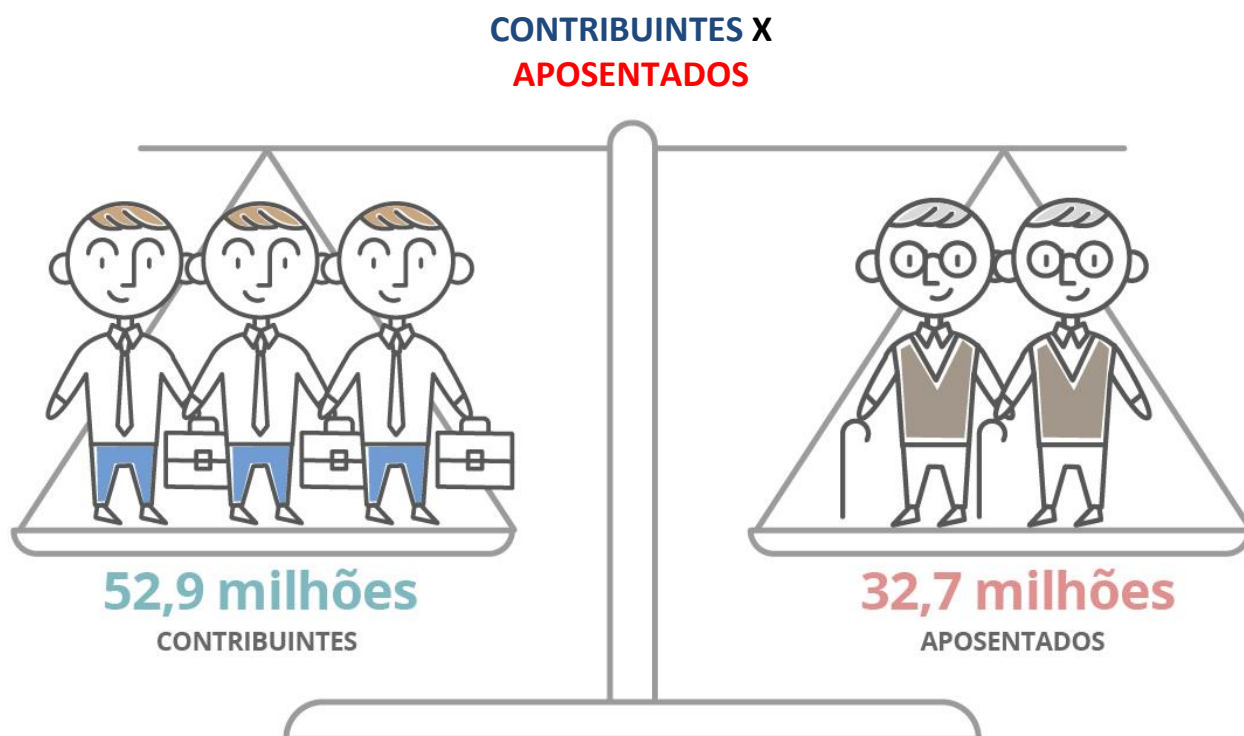
NOME	CPF	DATA DE RECEBIMENTO
DIEGO BRITO STALLONE DE LIMA	9678619776	08/01/2018
ANDERSON DE CARVALHO SILVA REGO	33687211860	31/01/2018
NATALIA SIGNORELLI MACIEL	9964715706	20/02/2018
CASSIO CAMPOS NEVES	68958676604	02/03/2018
DJARD CADAIS DE MORAES	6499856215	23/04/2018
JULLIANO CAETANO SOCIO	92932053949	07/05/2018
CLAUDIA OLIVEIRA ALVES DE MELO	9160572671	11/05/2018
CRISTIANO GONZAGA COSTA DE MELO	94788154668	11/05/2018
EDSON FERNANDES	48724270687	28/05/2018
DIGLEITON GALVAO NETO	2362313409	21/06/2018
MAURICIO GALANA BENITE	7553663875	21/06/2018
THIAGO PINHEIRO GOMES	4539476467	10/08/2018
EDSON SOUZA GONÇALVEZ	28111184115	10/08/2018
CESAR LUCIO SUTIL GABRIEL	1937404943	10/08/2018
ANDERSON JOSE DA SILVA	115213767	10/08/2018
VICTOR HERMOGENES DE OLIVEIRA	9971060698	10/08/2018
ROMULO DE OLIVEIRA COSTA	2737049660	10/08/2018
SIMONE GASPAS QUARESMA	73451401215	10/08/2018
RICARDO FERREIRA DA SILVA	7267192696	10/08/2018
ROGERIO TAVARES DA COSTA	4590388855	10/08/2018
MARCOS BRAVIN	98790242734	10/08/2018
ROBERTO FAUST	72069724972	23/10/2018
JONY WAGNER DE ALMEIDA	89703286887	12/12/2018

7 - Participantes próximos à Aposentadoria

NOME	CPF	RESERVA ATUAL	DT SAÍDA	VALOR DE CONTRIBUIÇÃO	IDADE ATUAL	IDADE SAÍDA
OBEDES FERREIRA DA CUNHA JUNIOR	52981185691	255.166,16	23/08/2019	2.000,00	59	60
FRANCISCO WELLINGTON GOMES FARIAS	6082840330	196.359,13	25/09/2019	466,93	64	61
SEBASTIAO BATISTA DA CUNHA	16724259134	230.414,60	15/12/2019	600,00	64	62
DANIEL UTSUNI DE CAMARGO	76614794868	240.339,14	14/08/2020	765,00	63	60
HUMBERTO COSTA DE SOUZA	4418700315	220.508,07	14/10/2020	900,00	63	65

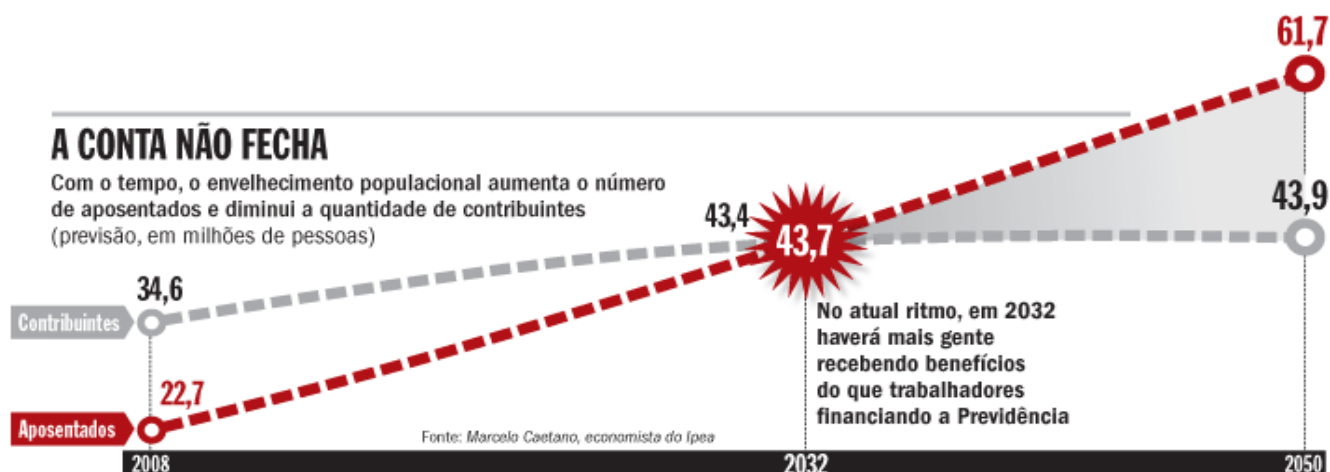
8 – Realidade da Previdência social (INSS)

(antes da esperada Reforma Previdenciária 2019, isso pode mudar).



Fonte: Previdência/dez 2015

ATENÇÃO! ESSA CONTA NÃO ESTÁ
FECHANDO...



A SITUAÇÃO PREVIDÊNCIA PÚBLICA HOJE

Pensar em termos de 15, 30, 40 anos adiante pode parecer abstrato, mas as consequências das mudanças demográficas já podem ser percebidas na previdência pública hoje. De acordo com **dados do portal (<http://www.previdencia.gov.br/2018/01/rqps-previdencia-social-fecha-2017-com-deficit-de-r-1824-bilhoes/>)**, em 2017, a Previdência Social registrou um déficit nominal de R\$ 182,4 bilhões, crescimento de 21,8% em relação a 2016. A despesa com benefícios cresceu 9,7% e fechou o ano em R\$ 557,2 bilhões. A arrecadação, diferentemente do que aconteceu em 2016, cresceu 4,6%, somando R\$ 374,8 bilhões. O valor leva em conta o pagamento de sentenças judiciais e a Compensação Previdenciária (Comprev) entre o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) de estados e municípios.

Considerando o PIB projetado para 2017, a despesa com benefícios do Regime Geral de Previdência Social representou 8,4%. A arrecadação líquida foi responsável por 5,7% do PIB e o déficit chegou a 2,8%.

Os números foram apresentados nesta segunda-feira (22) pelo secretário de Previdência, Marcelo Caetano. “Houve incremento de R\$ 32 bilhões no déficit do RGPS. Esse é o maior déficit desde 1995, tanto em termos nominais quanto reais”, declarou. Nesse contexto, o secretário voltou a defender a necessidade de o Congresso Nacional aprovar a reforma da Previdência. “A reforma é essencial e precisamos enfrentá-la. O não enfrentamento pode nos levar a situações como as que ocorreram em países europeus, em que foi necessário rever o conceito de direitos adquiridos e reduzir o valor do benefício de quem já recebia”, disse.

Urbano – Em 2017, a previdência urbana registrou o segundo déficit consecutivo nos últimos anos, R\$ 71,7 bilhões – aumento de 54,7% em relação a 2016. Os valores são nominais. A arrecadação cresceu de 4,4% e a despesa com pagamento de benefícios, 10,2%, chegando a R\$ 437,2 bilhões.

Rural – O setor também teve déficit: R\$ 110,7 bilhões nominais, resultado de uma arrecadação de R\$ 9,3 bilhões e despesa com pagamento de benefícios de R\$ 120 bilhões. A arrecadação foi 17,4% maior que a registrada em 2016 e a despesa teve aumento de 7,8% em relação ao mesmo período.

Benefícios – Em dezembro de 2017, a Previdência Social pagou 34,5 milhões de benefícios, sendo 29,8 milhões previdenciários e acidentários e, os demais, assistenciais. Houve elevação de 2,1% em comparação com o mesmo mês de 2016. Os benefícios de aposentadoria somaram 20 milhões.

A maior parte dos benefícios (67,7%) – incluídos assistenciais – pagos, em dezembro de 2017, tinha valor de até um salário mínimo, contingente de 23,4 milhões de benefícios.

RPPS – A previdência dos servidores públicos da União (considerando-se civis e militares) também teve déficit recorde em 2017: R\$ 86,3 bilhões, um aumento de 11,9% em relação ao resultado de 2016. O déficit é a diferença de R\$ 37,1 bilhões de arrecadação e R\$ 123,5 bilhões de despesa com pagamento de benefícios.

Para fechar o buraco, existem três alternativas: aumentar impostos, cortar benefícios ou alterar as regras da aposentadoria. Sobre a primeira opção, vemos pouco espaço para aumento de tributos visto que o governo brasileiro já tira do trabalhador brasileiro uma média de 35% da sua renda todo ano. A segunda opção foi o que ocorreu na Grécia, quando a situação já se tornou insustentável e foi preciso abater o valor de benefícios já concedidos.

A última opção, entre as inumeradas, seria a menos custosa para a sociedade brasileira. Seria menos custosa ainda se tivesse sido aplicada há 10, 20 anos atrás – visto que a tendência demográfica já era clara naquela época. Mas o caráter impopular da reforma fez consecutivos governos tomarem medidas somente paliativas e chegamos hoje com um problema crítico que demanda solução.

A idade mínima de 65 anos nos parece ser a principal mudança que deve ser proposta neste momento, com regras de transição a serem anunciadas. Esta idade mínima está dentro do padrão de outros países que possuem demografias similares à brasileira – especialmente países europeus.

Por outro lado, ao longo do tempo novas mudanças precisarão ser debatidas: por exemplo, existem regimes de exceções que poderiam ser revistos, como no setor agropecuário. Acreditamos também ser necessário discutir a migração do atual regime de repartição para capitalização (onde o trabalhador contribui para a própria aposentadoria futura).

Não dependa da previdência pública

Esperamos que as informações aqui disponíveis ajudem na principal mensagem que queremos passar: o melhor é planejar a sua aposentadoria sem contar com a previdência pública. No mercado financeiro temos diversas opções de investimento para o longo prazo, como a renda fixa, nota do tesouro nacional e a previdência privada.

O mais importante é não cometer o erro de não planejar a aposentadoria. Ao antecipar essa prioridade o quanto antes, fica mais barato de garantir o seu futuro na forma de uma contribuição mensal menor.

TETO DE CONTRIBUIÇÃO X TETO DE BENEFÍCIO

Tabela para Contribuinte Individual e Facultativo 2019		
Salário de Contribuição (R\$)	Alíquota	Valor
R\$ 998,00	5% (não dá direito a Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Certidão de Tempo de Contribuição)*	R\$ 49,90
R\$ 998,00	11% (não dá direito a Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Certidão de Tempo de Contribuição)**	R\$ 109,78
R\$ 998,00 até R\$ 5.839,45	20%	Entre R\$ 199,60 (salário mínimo) e R\$ 1.167,89 (teto)

A nova regra da Previdência Social – INSS passa pela aplicação do Fator previdenciário, da média das últimas 140 contribuições e do Fator 96 que consiste na: soma da idade + tempo de contribuição ter como resultado 96, ou seja (60 anos+36ct=96) até 2019, e com a nova reforma a coisa tende a piorar.

A CPSS/IPB manifesta a preocupação com a falta de zelo de muitos ministros que ainda não contribuem em um plano de previdência oficial (INSS) e muito menos no privado (IPBPREV), principalmente observando o cenário atual e futuro do regime de previdência do Brasil – INSS.

III - SEGURO DE VIDA INDIVIDUAL E EM GRUPO IPBSEG



Atualmente:

Atualmente a CPSS/IPB disponibiliza duas apólices de seguro de vida, um de livre adesão individual conforme tabela e coberturas no **anexo 1** firmado com a Icatu Seguros, e outro coletivo com adesão mínima de 5 pessoas conforme tabela e coberturas no **anexo 2** firmado com a Porto Seguros.

- Em 2013 tínhamos um total de 206 pessoas seguradas nas apólices da IPB.
- Em 2018 tivemos um total de 552 pessoas seguradas nas apólices da IPB.

Onde estão as apólices:

1. **Porto Seguro/em grupo:** Temos 23 apólices coletivas de igrejas, presbitérios, autarquias e direção da IPB com 475 segurados titulares, lembrando que estas apólices possuem cobertura para titular, cônjuges e filhos. Nestas apólices a Cia Porto Seguro recebeu em contribuições/prêmio um montante R\$ 416.575,08 sem sinistralidade no período.
2. **Icatu Seguros/em grupo:** Temos 3 apólices coletivas de igrejas e presbitérios na Icatu Seguros com 32 segurados titulares, lembrando que estas apólices possuem cobertura para titular, cônjuges e filhos. Nestas apólices a Cia Icatu Seguros recebeu em contribuições/prêmio um montante R\$ 65.040,00 e não houve sinistro e indenizações.
3. **Icatu Seguros/individual:** Temos uma apólice de vida individual de adesão com 45 segurados titulares, lembrando que estas apólices possuem cobertura para titular, cônjuges e filhos. Nestas apólices a Cia Icatu Seguros recebeu em contribuições/prêmio um montante R\$ 38.314,44 e não houve sinistro e indenizações.

IV - PLANO DE SAÚDE UNIMED – IPBSAÚDE

A IPB possui hoje duas modalidades de contrato de plano de saúde ambos firmados com a UNIMED SUL FLUMINENSE, ambos de rede básica de atendimento em rede nacional.

A primeira modalidade é denominada (0082) – Plano destinado a missionários, funcionários, e autarquias da IPB com custo linear, sem fator de coparticipação e fatura única para a IPB.

A segunda modalidade é denominada (Fácil 2011 a 2300...em diante) – Plano destinado a Pastores, funcionários e líderes de igrejas e presbitérios com custo por faixa etária, com fator de coparticipação e fatura única para o CNPJ contratado, **tabela está no anexo 3, com a suspensão devido a RN 195 da ANS os planos estão suspenso e a tabela desatualizada.**

Em 2017 a Unimed foi notificada pela ANS (Agência nacional de Saúde) que exigir dos novos contratos PJ a comprovação do vínculo com PJ, no caso IPB, conforme a RN 195 que estabeleceu quais vínculos possíveis, aceitáveis que são:

Art 9º Plano privado de assistência à saúde coletivo por adesão é aquele que oferece cobertura da atenção prestada à população que mantenha vínculo com as seguintes pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial:

I – conselhos profissionais e entidades de classe, nos quais seja necessário o registro para o exercício da profissão;

II – sindicatos, centrais sindicais e respectivas federações e confederações;

III – associações profissionais legalmente constituídas;

IV - cooperativas que congreguem membros de categorias ou classes de profissões regulamentadas;

V - caixas de assistência e fundações de direito privado que se enquadrem nas disposições desta resolução;

Essa RN 195, artigo 9 artigo não contemplou nossos tipo de vínculo, que são eclesiástico , estatutário , assim ficou suspensos novos contratos e adesões nos atuais contrato de Igreja locais, caso seja feito algum contrato e ou adesões fora da RN 195 há multa de R\$ 45 mil para as partes.

A IPB CPSS, buscou no mercado outras possibilidades com demais operadoras de planos de saúde e administradora de benefícios, mas em todos os casos não tivemos avanço devido os nossos tipos de vínculos.

Há duas possibilidades:

- **Primeiro, a mudança da LEI pela ANS que não está no alcance da IPB e/ou;**
- **Segundo, a criação de fundação da IPB conforme atua RN 195 “ fundações de direito privado que se enquadrem nas disposições desta resolução”.**

Outro impacto que a RN 195 trouxe nos nossos planos foi o reajuste do contrato de um PJ máster junto com outros contratos, estão debaixo de um guarda-chuvas da IPB, a sinistralidade de todos esses pequenos contratos poderiam ser apurados em conjunto e mitigar o risco, de forma a possibilitar menores reajustes por sinistros nesses contratos.

Como essa RN 195 os cálculos para reajuste ficaram fracionados, um grupo maior, IPB, antes de 2014 que tinham negociação com os valores da massa maior e outros contratos que depois de 2014 o reajuste não foi com base da massa da IPB fazendo com que houvesse reajuste maior trazendo desequilíbrio para os demais contratos .

Exemplo: quando os contratos antigos tiveram um reajuste de 10% os outros ficaram em torno de 20 a 23% desfigurando o contrato e até inviabilizando-os.

1 - Situação atual do plano de saúde da IPB.

1.1 – Quantidade de usuários no Plano de Saúde:

Plano 0082 (Missionários)	2017	2018	Plano 2011 a 2300 (Pastores e líderes)	2017	2018
Titulares	234	594	Titulares	763	763
Dependentes	287	249	Dependentes	1320	1338
Total	521	843	Total	2083	2101

Total de adesões:**2017 2018**

Plano 0082 (Missionários)	108	41
Plano 2011 a 2300 (Pastores e líderes)	202	16

1.2 – Usuários excluídos em 2017 e 2018 dos Planos 2011 a 2300:

Motivo do Cancelamento	2017	2018
ADQUIRIU OUTRO PLANO DE SAÚDE	5	11
DESISTÊNCIA DO PLANO	8	7
DESLIGAMENTO DA EMPRESA	13	5
EXCLUSÃO DEVIDO A DEMISSÃO TITULAR	9	4
INADIMPLÊNCIA	17	18
MOTIVOS PARTICULARES	55	72
MUDANÇA DE PLANO	29	23
ÓBITO	5	11
OUTROS	8	9
PROBLEMAS FINANCEIROS	19	24
RESIDINDO FORA DO BRASIL	4	9
ROMPIMENTO DO CONTRATO PELO BENEFICIÁRIO	0	0
RESIDINDO EM OUTRO ESTADO	4	21
TRANSFERÊNCIA P O BENEFÍCIO DO PARJ	1	4
Total de exclusões	177	218

OBS: Nas quantidades acima estão englobados os titulares e dependentes

15

IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL**CPSS/IPB** – Comissão de Previdência, Saúde e Seguridade da IPBRua José Barbosa da Silva, 145 – Bairro Bauxita - Ouro Preto - MG CEP: 35.400-000
Tel.: (32)9.9976-2210 (31) 3551-1443 - Site: www.cpss.org.br - E-mail: cpss@ipb.org.br

1.3 – Processos - Casos registrados quanto ao plano, casos conhecidos:

- ✓ Processos: **2017 = 2**
- ✓ Processos: **2018 = 2**
- ✓ Reclamações: 41 casos referente a coberturas.
- ✓ Todos esses processos a CPSS acompanhou diretamente sendo interlocutora, e assessorando decisivamente para atender os usuários.

1.4 – Casos resolvidos em acordo Unimed/CPSS:

- ✓ Em 2017 pago 50.000,00 em dano moral
- ✓ Em 2019 pago 6.501,00 em dano moral referente ao processo de 2018
- ✓ Todos esses processos a CPSS acompanhou diretamente sendo interlocutora, e assessorando decisivamente para atender os usuários.

A CPSS buscou atender as demandas urgentes dos participantes auxiliando para minimizar o tempo e custo das mesmas, em casos excepcionais a CPSS deliberou junto a Unimed autorização de procedimentos não cobertos pela lei 9656/98 e suas normativas, com a finalidade de assistir nossos presbiterianos com responsabilidade e humanidade requerida.

RMA - reclamação sobre código TUSS de cirurgia;

TEC - reclamação sobre coparticipação de fisioterapia da filha;

PSF - reclamação sobre autorização de captura híbrida.

1.5 – Procedimentos durante o ano de 2018

MÊS	QTDE_CONS	QTD_EXAME	QTD_INTERNACAO
201801	1045	5297	49
201802	1053	5566	62
201803	1073	5231	63
201804	1100	6110	61
201805	1186	6673	64
201806	1208	6431	66
201807	1106	6192	61
201808	1169	6139	95
201809	1323	6530	61
201810	1150	6492	69
201811	1187	6711	66
201812	1180	6016	51
Total Geral	13780	73388	768

1.6 - Aditivo informativo no plano.

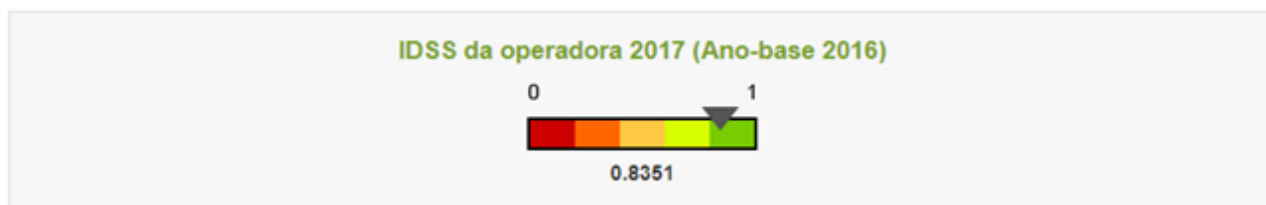
A CPSS junto com o Presidente do SC/IPB, decidiu enviar a todos os participantes um aditivo informando que nosso plano é nacional e de rede básica, pois muitos segurados estavam buscando atendimentos fora dessa rede, indo em hospitais, profissionais e clínicas de alto custo, que não fazem parte de nosso contrato, com isso gerando desconforto para a CPSS e UNIMED, oneração nos custos do plano e processos judiciais.

Os procedimentos de rede de alto custo só são permitidos quando não há atendimento na grande rede básica contratada para uma cobertura dentro da lei. Em decorrência da utilização da rede de alto custo fora das coberturas contratadas, muitas delas feitas por vias judiciais, acabam onerando gravemente nosso contrato, sendo este o motivo de tal aditivo informar e orientar.

2 – Situação da operadora UNIMED Centro Sul Fluminense

Está disponível para consulta, no portal da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a versão atualizada dos Dados Integrados da Qualidade Setorial, com informações sobre a rede hospitalar e o perfil das carteiras e dos planos de cada operadora. A ferramenta é uma espécie de raio x do setor, reunindo, em uma só base, diversas informações que ajudam o consumidor a avaliar de maneira global as empresas que estão no mercado, permite a pesquisa e a avaliação de desempenho das operadoras é realizada através do Índice de Desempenho da Saúde Suplementar – IDSS, calculado a partir de indicadores definidos pela própria Agência. Esses indicadores são agregados em quatro dimensões, sendo que cada uma possui um peso diferente na formação do IDSS: **40% para a dimensão Atenção à Saúde; 20% para a dimensão Econômico-financeira, 20% para a dimensão Estrutura e Operação e 20% para a dimensão Satisfação do Beneficiário.**

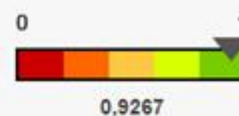
O IDSS varia de zero a um (0 a 1) e cada operadora recebe uma nota que a enquadrará em uma faixa de avaliação:



IDGA - GARANTIA DE ACESSO

Condições relacionadas à rede assistencial que possibilitam a garantia de acesso, abrangendo a oferta de rede de prestadores.

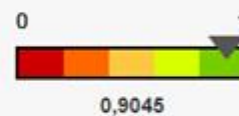
▶ [Ver mais informações](#)



IDGR - GESTÃO DE PROCESSOS E REGULAÇÃO

Entre outros indicadores, essa dimensão afere o cumprimento das obrigações técnicas e cadastrais das operadoras junto à ANS.

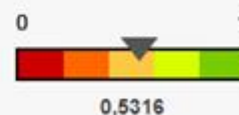
▶ [Ver mais informações](#)



IDQS - QUALIDADE EM ATENÇÃO À SAÚDE

Avaliação do conjunto de ações em saúde que contribuem para o atendimento das necessidades de saúde dos beneficiários, com ênfase nas ações de promoção, prevenção e assistência à saúde prestada.

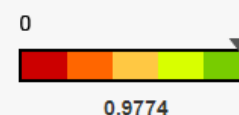
▶ [Ver mais informações](#)



IDSM - SUSTENTABILIDADE NO MERCADO

Monitoramento da sustentabilidade da operadora, considerando seu equilíbrio econômico-financeiro, passando pela satisfação do beneficiário e compromissos com prestadores.

▶ [Ver mais informações](#)



Faixas de notas de avaliação:

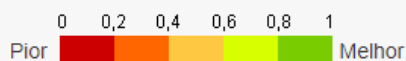
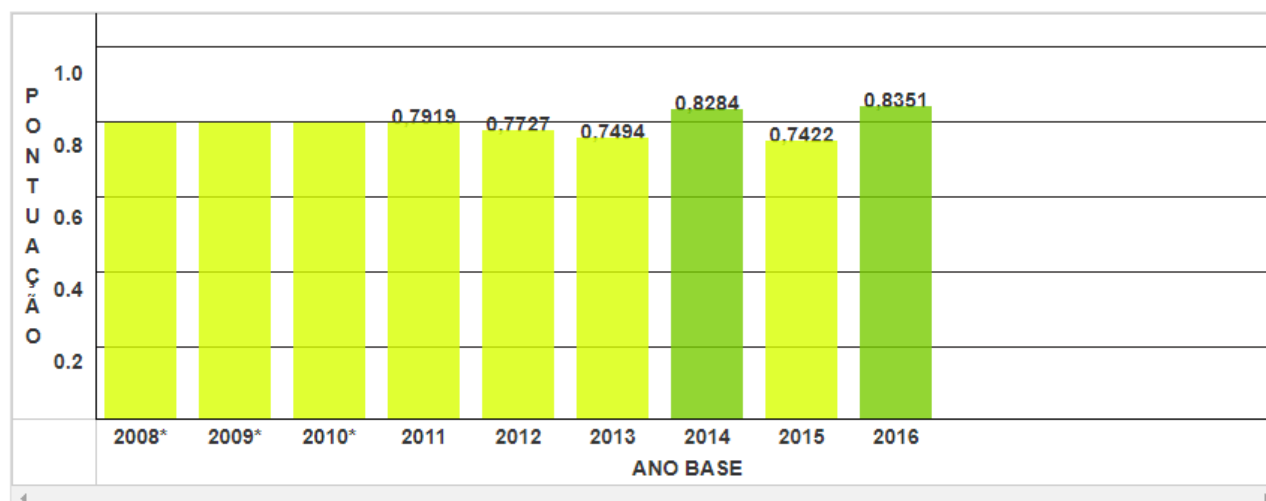


Gráfico de evolução do IDSS



Demais dados da operadora pode ser retirado na ANS.

IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL

CPSS/IPB – Comissão de Previdência, Saúde e Seguridade da IPB

Rua José Barbosa da Silva, 145 – Bairro Bauxita - Ouro Preto - MG CEP: 35.400-000
Tel.: (32)9.9976-2210 (31) 3551-1443 - Site: www.cpss.org.br - E-mail: cpss@ipb.org.br

3 - Quanto aos reajustes dos planos

Além da inflação, o reajuste das apólices de planos de saúde corporativos é calculado também com base na sinistralidade da carteira. Isso quer dizer que as empresas cujos funcionários/membros/associados usaram demasiadamente o plano de saúde tendem a pagar um reajuste maior. Nos últimos dois anos, por exemplo, houve um aumento considerável no volume de exames, internações e procedimentos realizados.

Para evitar reajustes elevados na apólice, a CPSS juntamente com a UNIMED não tem medido esforços para manter um reajuste mínimo durante estes últimos 12 anos para que não houvesse prejuízo ente as partes.

Atualmente os contratos coletivos possuem reajuste de duas formas:

1º Grupo de contratos IPB 0082, e contratos entre o 2011 e o 2300 que possuem 30 usuários ou mais seguem pelo índice de sinistralidade e negociação entre a IPB e a operadora.

2º Contratos entre o 2011 e o 2300 que possuem até 29 usuários sofrem reajuste diferente no agrupamento de contratos de operadora de acordo com a Resolução normativa da ANS Nº309 de 24 de outubro de 2012, está anexo 6 esclarecendo no final do relatório.

Sinistralidade Atual Período 12 meses (JAN/18 a DEZ/18)

- ✓ Grupo de contratos (2011 ao 2300 +30 VIDAS) foi de **85%**
- ✓ Contrato 0082 foi de **116%**

A fim de cálculo de Sinistralidade no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2018, resolve-se utilizar o agrupamento geral que **ficou em 100,5%**.

A prestadora Unimed Sul Fluminense apresentou uma proposta de reajuste:

- ✓ Grupo de contratos (2011 ao 2300 +30 vidas) foi de **18,26%**
- ✓ Contrato 0082 foi de **18,26%**

Assim a proposta oficial da Unimed, conforme **anexos 5** foi de um aumento de **18,26% para todos contratos**, a CPSS após longa negociação e profunda análise da realidade de nosso contrato chegou a um acordo de propor **15% para o grupo de contratos (2011 a 2300 com mais de 30 vidas) e 12% para o contrato 0082.**

Quadro de reajuste médio comparativo do período 2014 a 2019.

Ano	Reajuste aplicado IPB/UNIMED	Reajuste ANS **planos individuais
2014	5,00%	9,08%
2015	5%	13,55%
2016	11%	13,57%
2017	14%*	13,55%
2018*	18,24%*	13,55%
2019*	13,50%* *Média(considerando os 3 grupos de contratos)	Previsão de 10,00%**

É de se observar que nos últimos anos a sinistralidade de nossos contratos subiram muito, com isso cada dia que passa as negociações com a Unimed Sul Fluminense tem se tornado mais dificultosas, tendo em vista a realidade encontrada.

Ainda assim nossos reajustes têm sido menores que os índices da ANS, sem considerar que nossa tabela é bem mais em conta.

A CPSS tem busca soluções no mercado, inclusive já esteve reunida com diversas Unimed's maiores (Unimed Central Nacional, Unimed de Nova Friburgo, Unimed RJ entre outras operadoras) buscando uma opção de migração de carteira para viabilizar nossos contratos.

Esbarramos hoje na maior dificuldade que é a comprovação de vínculo exigido pela Agencia Nacional de Saúde entre:

- Participantes e igrejas, presbitérios e autarquias da igreja.
- Missionários e organizações missionários e a IPB.

Tendo em vista que a ANS tem exigido vinculo trabalhista ou associativo direto, conforme RN 195 onde suspendeu os novos contratos, seguimos em consulta a ANS aguardando ainda novo parecer mediante nova normativa.

V - SEGURO PATRIMONIAL – IPB PATRIMÔNIO



Foi criada uma apólice com cobertura para os Imóveis das Igrejas com precificação diferenciada e que muitas igrejas já adotaram esse benefício, inclusive já temos igrejas que foram indenizadas no caso de roubo de equipamentos de som.

PORTO SEGURO

OPÇÕES DE CONTRATAÇÃO – SEGURO PATRIMONIAL IGREJA – PROMOCIONAL

COBERTURAS DO SEGURO							VALOR DOS PRÊMIOS		
Incêndio Queda de Raio Explosão	Vandalismo/ Danos Elétricos/ Impacto de Veículos/ Pagamento de Aluguel/ Despesas fixas/ tumultos/ derrame sprinklers/ recomposição de documentos**	Subtração de Bens Ex. Som da igreja, mesa, caixas e equipamentos.	Responsabilidade Civil de operações	Quebra de Vidros	EQP Eletrônicos sem Subtração	Anúncios Luminosos	SEGURO IGREJA CUSTO ANUAL ***		
							Plano	À vista	1+3 vezes sem juros
200.000,00	10.000,00	10.000,00	50.000,00	2.000,00	10.000,00	5.000,00	1 ()	R\$ 1.000,00	R\$ 250,00
300.000,00	10.000,00	15.000,00	50.000,00	2.000,00	10.000,00	5.000,00	2 ()	R\$ 1.300,00	R\$ 325,00
400.000,00	10.000,00	20.000,00	100.000,00	4.000,00	15.000,00	7.500,00	3 ()	R\$ 1.500,00	R\$ 375,00
500.000,00	10.000,00	25.000,00	100.000,00	4.000,00	15.000,00	7.500,00	4 ()	R\$ 1.800,00	R\$ 450,00
600.000,00	10.000,00	30.000,00	150.000,00	6.000,00	20.000,00	10.000,00	5 ()	R\$ 2.100,00	R\$ 525,00
700.000,00	10.000,00	35.000,00	150.000,00	6.000,00	20.000,00	10.000,00	6 ()	R\$ 2.500,00	R\$ 625,00

* Plano Assistência 24h essencial cobrindo: chaveiro e substituição e telhas.
 ** Essas coberturas são separadas, ou seja, em caso de sinistro são pagas pelo valor do capital individualizado de cada uma.
 *** Esses valores podem sofrer alterações de acordo com o Cep do risco.

Para outros capitais e coberturas a CPSS fará cotação de acordo com a necessidade de cada igreja.

Para coberturas e capitais segurados diferentes das apresentadas aqui, a CPSS faz cotação de acordo com a necessidade de cada igreja através da Tulip.

IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL

CPSS/IPB – Comissão de Previdência, Saúde e Seguridade da IPB

Rua José Barbosa da Silva, 145 – Bairro Bauxita - Ouro Preto - MG CEP: 35.400-000
 Tel.: (32)9.9976-2210 (31) 3551-1443 - Site: www.cpss.org.br - E-mail: cpss@ipb.org.br

VI - AÇÕES DA CPSS JUNTO A AUTARQUIAS, PRESBITERIOS, SINODOS E IGREJAS:

A CPSS esteve presente com stand e/ou fazendo apresentação dos seus benefícios através de Palestras em diversos presbitérios, sínodos, igrejas, autarquias e congressos.

Importante:

A CPSS está sempre a disposição a convites para falar nas autarquias, presbitérios e sínodos apresentando os benefícios da CPSS, tirando dúvidas e dando orientação, atendendo a uma agenda dinâmica, bem como fazendo o trabalho de inclusão e contratação nos benefícios.

Destaque:

Durante todo o ano a CPSS manteve contato ativo através de materiais, e-mails, correios e telefonemas para toda a IPB usando o banco de dados da Secretaria Executiva da IPB e o Anuário com a finalidade de informar, esclarecer e auxiliar na adesão aos diversos benefícios oferecidos aos presbiterianos.

Cada presbitério através de sua CE recebeu diversos e-mails e posteriormente, ligação confirmando os recebimentos (ou seja, TODOS os Presbitérios foram informados da existência das apólices de seguros, plano de saúde e em especial a previdência) benefícios que a Igreja disponibiliza para seus Pastores e membros.

Reuniões:

A CPSS realizou no ano 5 reuniões ordinárias para deliberação e planejamento.

VII - PARA APRECIÇÃO, PROPOSTAS E DELIBERAÇÃO DA SE-SC-IPB 2019.

A CE-SC-IPB 2019 Resolve:

1. Plano Unimed IPB Saúde:

a) Manter o contrato com a UNIMED nos moldes atuais até março/2020 e ratificar os reajustes propostos nesse relatório de 15% grupo de contratos (2011-2300 e com mais de 30 vidas) e 12% no contrato 0082;

b) Situação Crítica de Vínculo da Unimed – IPBSaúde, considerando:

- Que a Unimed Centro Sul Fluminense foi notificada pela ANS – Agência Nacional de Saúde por conta de irregularidade de contratos coletivos de adesão, a exemplo do IPBSaúde, por não apresentar os vínculos exigidos por Lei regulamentar, o que pode ocasionar em multas por vida participante em R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) cada diária por descumprimento;

- Que a IPB se torna solidária a Unimed Centro Sul Fluminense por força contratual em caso de autuação e multas;

- Que a Unimed Centro Sul Fluminense suspendeu as adesões para evitar agravo nas irregularidades apresentadas e vem sendo monitorada pela ANS para revisões contratuais com risco de cancelamentos e/ou suspensão permanente do contrato IPB.

- Que a CPSS consultou todas as possibilidades de aceitação de nosso contingente de participantes da IPB em operadoras de planos de saúde com abrangência nacional e federações estaduais, entre elas Unimed Central Nacional de Unimed, Federação das Unimed do RJ, Unimed Jundiaí, Sistema Coriben, Unimed Nova Friburgo, Bradesco Saúde, Sulamérica Saúde, Amil e outras;

- Que o fator limitador para aceitação de nosso grupo de participantes está no tipo de vínculo entre pastores, presbíteros, diáconos e etc para com a IPB, tendo em vista que não fazem parte do regime exigido pela Norma Regulamentadora NR 195 “que só contempla nos planos coletivos onde há vínculo empregatício em regime CLT, estatutário, associativo (exclusivo de classes)”;

- Que a CPSS empreendeu todos esforços nas consultas a ANS – Agência Nacional de Saúde com o propósito de buscar aceitação e regulamentação de nosso grupo de participantes, mas sem sucesso.

A CPSS apresenta a CE/SC/IPB 2019 as seguintes alternativas para solução desse caso:

1º - Proposta de Criação de um Plano de Saúde de Auto Gestão na forma de uma autarquia da IPB que contemplaria seus participantes associados. O Custo orçado para Criação, implantação e implementação ficaria em torno de R\$ 1.300.000,00 (hum milhão e trezentos mil reais), sendo R\$ 800.000,00 para criação e R\$ 500.000,00 implantação e implementação, conforme proposta anexa da MSC Engenharia Biomédica - Multitax Consultoria Empresarial para a prestação de serviços para a Criação de Autogestão em Saúde.

2º - Proposta de Criação de uma Fundação Presbiteriana, para agremiar os membros da IPB que assim poderiam contratar o plano de saúde via Fundação uma vez que a ANS – Agência Nacional de Saúde reconhece esse tipo de vínculo, o que já foi consultado pela CPSS e tendo seu parecer favorável.

3º - Proposta de Individualização contratual, ou seja, fazer a extinção dos contratos atuais com a Unimed onde não se pode comprovar vínculo legal e oferecer possibilidade de migração dos participantes para contratos individuais e familiares em suas devidas regiões, onde a CPSS poderá ajudar na busca de soluções nesse modelo, prevendo essa extinção até a renovação contratual em março/2020, tendo ainda em consideração que o contrato 0082 dos missionários, executivos e funcionários da IPB poderá ser mantido no entanto os valores seriam recalculados levando em consideração seu contingente de vidas, e ainda, tendo em vista que é um contrato subsidiado pelos demais grupos de contratos, ou extinguir o plano 0082 e a IPB votar auxílio financeiro parcial/ou total para missionários, executivos e funcionários da IPB para que possam adquirir planos de saúde regionais.

Ainda se propõe que a CPSS continue buscando alguma outra solução e caso encontre que seja remetida a SE/IPB/2020.

2. Reajustar valor das contribuições do IPBPrev (Previdência) em 20% da fatura IPB onde estão os funcionários da IPB a fim de corrigir os benefícios conforme política já adotada pela mesma.
3. Aprovar o regimento interno para CPSS, **conforme texto em proposta separada**, texto este encaminhado pelo SC-IPB 2018 para a CE-SC-IPB 2019.
4. Determinar aos Presbitérios que cobrem a efetiva contribuição do INSS por seus ministros e Igrejas conforme legislação Brasileira de contribuição de autônomo e que a mesma seja sobre o mínimo de 2(dois) salários mínimos e não sobre 1 (hum), revogando decisões anteriores; e que os mesmos abram agenda para receber a Whorkshop da CPSS com o tema: “Dia da Previdência e Seguro” ;
5. Determinar que a CPSS faça levantamento da situação previdenciária dos pastores em atividade, jubilados e outros, apresentando relatório à CE/SC/IPB 2020 Votando verba específica para este fim;
6. Determinar que o FAP seja depositado em carteira de previdência privada e não mais em poupança, e que para isso seja observado os planos oferecidos pela IPB conforme regulamento do FAP pelo SC-IPB;
7. Determinar que a CPSS seja representada nos eventos nacionais e ou regionais da IPB divulgando os planos da IPB;
8. Autorizar a CPSS a contratar Auditoria quando necessário para avaliação e evolução do IPBPrev;
9. Que pela complexidade das ações do campo previdenciário a CPSS, procure estar atenta às demandas e reações do mercado, às novas tendências e propostas se aperfeiçoando e atualizando seus membros e ofertando novas possibilidades de contratação com outras cias congêneres;
10. Que seja elaborado um plano de ação para atingir toda a IPB, e principalmente na área de previdência pastoral a fim de evitar colapsos futuros na família pastoral, diante do cenário da previdência Social e da proposta da “nova Previdência do Brasil” a ser votada pelo Congresso Nacional em 2019 ;
11. Que a CPSS apresente um estudo atualizado na próxima CE/SC/IPB, das situações dos participantes no IPBPrev que estão com suas reservas defasadas que estão impactando diretamente em seus planos a fim de sanar tais defasagens;

Gratidão:

Damos graças a Deus pela oportunidade de servirmos ao Senhor e amada IPB nesta comissão durante mais este período, juntamente com os demais membros.

É o que tínhamos a relatar.

São Paulo, 18 de Fevereiro de 2019.



Rev. Pedro Ferreira Rodrigues
Relator/Presidente CPSS/IPB



Rev. Vulmar Dutra de Rezende
Secretário da CPSS/IPB

VIII – ANEXOS

Anexo 1 – Tabela e Coberturas do Seguro de Vida Individual por adesão (Icatu)

Produto comercializado para segurados entre 14 a 65 anos

		GARANTIAS	TITULAR	CÔNJUGE
Vida Em Grupo (VG)	Morte		100%	50%
	Indenização Especial por Morte Acidental (IEA) *		100%	50%
	Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente (IPA)		100%	50%
	Adiantamento por Doença em Estágio Terminal (ADT) **		100%	-

* Em caso de morte acidental, as coberturas de Morte e IEA se acumulam.

** Carência de 12 (doze) meses contados a partir do início de vigência do risco individual.

Serviços		
	SAF Familiar – Serviço de Assistência Funeral	R\$ 5.500,00
	Assistência Qualidade de Vida *	-

* A referida assistência inclui: Assistência Domiciliar, Assistência Saúde, Assistência Nutricional, Assistência Automóvel, e Serviços Indicativos. Para maiores detalhes, consultar as condições gerais de cada Assistência.

Prêmio Mensal e Capital Segurado Individual:

O capital segurado será escolhido por cada proponente no momento da contratação do seguro de acordo com a idade no momento da contratação.

TABELA DE COMERCIALIZAÇÃO									
SEGURO DE VIDA IPB			FAIXA ETÁRIA						
Capital Segurado		Custo Mensal	14 - 35 anos	36 - 40 anos	41 - 45 anos	46 - 50 anos	51 - 55 anos	56 - 60 anos	61 - 65 anos
Individual	R\$ 50.000	Titular	20,00	23,13	28,55	37,60	53,09	79,79	122,02
Familiar	R\$ 50.000	Titular + Cônjuge	23,83	27,60	34,32	45,42	64,31	97,28	150,28
Individual	R\$ 100.000	Titular	32,43	38,41	48,73	66,04	95,66	146,63	227,16
Familiar	R\$ 100.000	Titular + Cônjuge	40,09	47,35	60,28	81,69	118,10	181,61	283,69
Individual	R\$ 150.000	Titular	44,86	53,68	68,91	94,48	138,24	213,48	332,30
Familiar	R\$ 150.000	Titular + Cônjuge	56,36	67,10	86,24	117,95	171,89	265,95	417,09
Individual	R\$ 200.000	Titular	57,30	68,96	89,09	122,92	180,81	280,32	437,44
Familiar	R\$ 200.000	Titular + Cônjuge	72,63	86,85	112,19	154,21	225,68	350,28	550,49
Individual	R\$ 250.000	Titular	69,73	84,24	109,27	151,36	223,38	347,17	542,58
Familiar	R\$ 250.000	Titular + Cônjuge	88,89	106,61	138,15	190,48	279,46	434,62	683,90
Individual	R\$ 300.000	Titular	82,17	99,51	129,45	179,80	265,95	414,01	647,72
Familiar	R\$ 300.000	Titular + Cônjuge	105,16	126,36	164,10	226,74	333,25	518,95	817,30
Individual	R\$ 350.000	Titular	94,60	114,79	149,63	208,24	308,52	480,86	752,86
Familiar	R\$ 350.000	Titular + Cônjuge	121,43	146,11	190,06	263,01	387,04	603,29	950,71
Individual	R\$ 400.000	Titular	107,04	130,07	169,81	236,68	351,09	547,71	858,00
Familiar	R\$ 400.000	Titular + Cônjuge	137,69	165,86	216,01	299,27	440,83	687,62	1.084,11

Anexo 2 – Tabela e Coberturas do Seguro de Vida em Grupo (Porto Seguro)

GrupoSegurável: São aceitos como segurados todos os pastores, presbíteros, evangelistas, missionários, funcionários, estagiários e prestadores de serviços do presbitério ou igreja local contratante do seguro, desde que não estejam afastados.

- ✓ **O Limites de idade:** a idade máxima de entrada é de 70 anos.
- ✓ **O Capital Segurado Individual:** O Capital será limitado a R\$ 240.000,00.
- ✓ **A quantidade mínima para a contratação** é de 5 vidas titulares.
- ✓ **O custeio do seguro** será em fatura única para o CNPJ responsável.
- ✓ **Praticidade e Inclusividade:**
 - Não é necessário o preenchimento de Proposta de Adesão.
 - Não há carências.
 - Não há negativa de coberturas por doença preexistente.

COBERTURAS	TITULAR	CONJUGE	FILHOS
Morte (básica)	100%	100%	25%
Indenização Especial de Morte por Acidente (dobra a cobertura de morte)	100%	100%	Não
Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente	100%	100%	Não
Invalidez Funcional Permanente Total por Doença	100%	Não	Não
Auxilio Despesas de 2.400,00	Sim	Sim	Sim
Auxilio Funeral Familiar de R\$ 5.500,00	Sim	Sim	Sim

VALORES

	CAPITAL SEGURADO	PRÊMIO POR PESSOA
OPÇÃO 1	R\$ 50.000,00	R\$ 39,08
OPÇÃO 2	R\$ 100.000,00	R\$ 74,84
OPÇÃO 3	R\$ 150.000,00	R\$ 110,60
OPÇÃO 4	R\$ 200.000,00	R\$ 146,36
OPÇÃO 5	R\$ 240.000,00***	R\$ 173,31

*** para este capital a idade máxima de entrada é de 64 anos e é exigida DPS.

Anexo 3 – Tabelas Unimed e Coparticipação (defasada devido suspensão ANS)

Tabela do Grupo de Contratos

Faixa Etária	Unimed Fácil			
	Básico - Enfermaria		Especial - Apartamento	
	Código - 471.979/14-4		Código - 471.978/14-6	
Em Anos	Tabela	Variação %	Tabela	Variação %
00 a 18	98,55	0	132,57	0
19 a 23	113,33	15	152,45	15
24 a 28	130,33	15	175,32	15
29 a 33	149,87	15	201,62	15
34 a 38	172,36	15	231,86	15
39 a 43	199,93	16	268,96	16
44 a 48	241,92	21	325,44	21
49 a 53	314,50	30	423,08	30
54 a 58	424,58	35	571,15	35
59 ou +	590,15	39	793,89	39

Taxa de cadastro por pessoa: R\$ 20,00

TABELA DE COPARTICIPAÇÃO IPB

Procedimento	Coparticipação
Consultas	R\$ 17,00
Procedimentos até R\$ 13,00	R\$ 1,50
Procedimentos de R\$ 13,01 a R\$ 26,00	R\$ 7,50
Procedimentos de R\$ 26,01 a R\$ 78,00	R\$ 15,50
Procedimentos de R\$ 78,01 a R\$ 104,00	R\$ 30,00
Procedimentos de R\$ 104,01 a R\$ 182,00	R\$ 56,00
Procedimentos a partir de R\$ 182,01	R\$ 80,00
Internações	R\$ 80,00
Internações psiquiátricas/ desintoxicação	50% do valor das despesas da internação

Tabela 0082 – Custo Linear

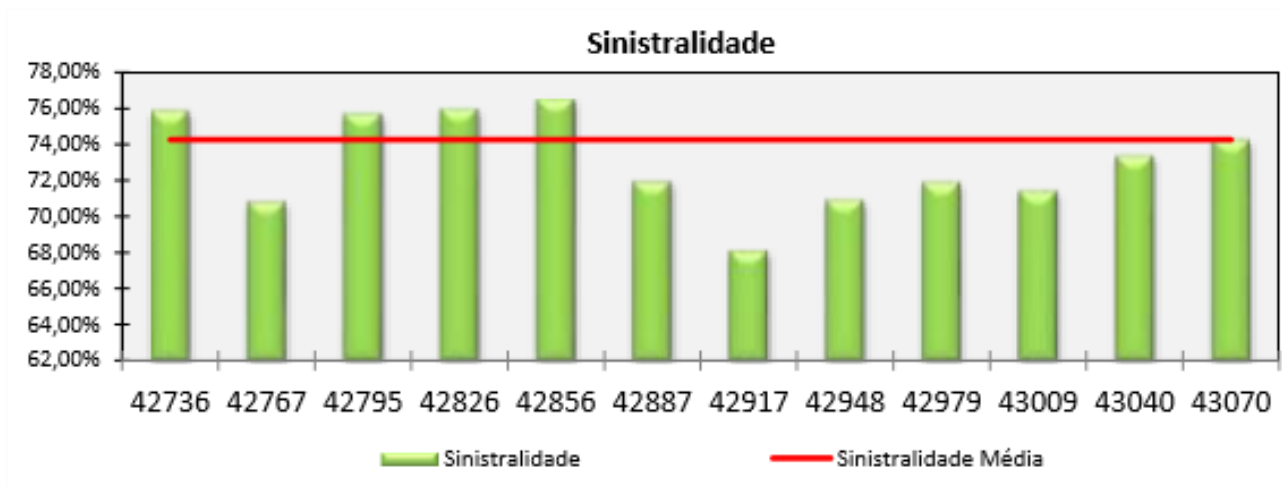
Enfermaria R\$ 238,20

Apartamento R\$ 396,95

Anexo 4 – Relatórios de sinistralidade

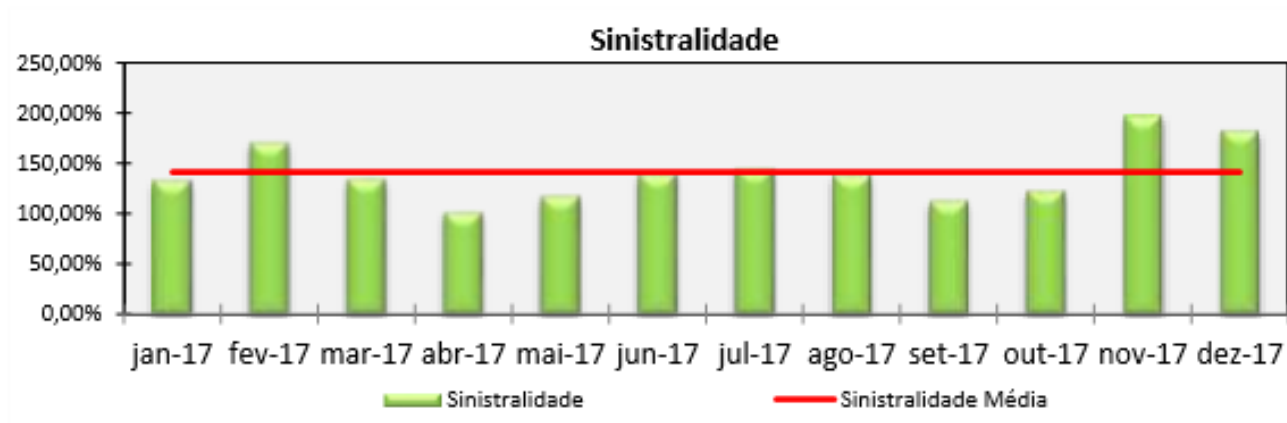
Sinistralidade grupo de Contratos 2011 a 2300 com 30 ou mais vidas

A Sinistralidade calculada no período é de 74,26%



Sinistralidade do Contrato 0082

A Sinistralidade calculada no período é de 141,25%



Anexo 5 - Carta proposta de reajuste da Unimed

Unimed ft
Centro Sul Fluminense

Unimed Centro Sul Fluminense
Praça Oliveira Figueiredo, nº90
27120-260 Barra do Piraí, Rio de Janeiro - RJ
1.2041.2447.7000

Barra do Piraí, 01 de fevereiro de 2019
Carta GER 031/19

À
Igreja Presbiteriana do Brasil
A/C - Comissão de Saúde e Previdência

Ref.: Finalização de reajuste 2019

Em resposta à solicitação de Vossas Senhorias, no sentido de ser elaborado novo estudo de reajuste para apresentação em reunião que será realizada em 04/02/2019, encaminhamos abaixo.

Conforme depreende-se do quadro abaixo, o plano 0082 possui um alto impacto na sinistralidade e compromete todos os outros contratos.

GRUPO DE CONTRATOS	QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS	RECEITA	COPARTICIPAÇÃO	DESPESA ASSISTENCIAL	SINISTRALIDADE
Contrato 0082	391	R\$ 1.405.122,40	R\$ -	R\$ 1.838.022,96	131,14%
Contratos 0082 + 2011 e 2016	1.877	R\$ 6.603.075,83	R\$ 473.042,25	R\$ 5.919.401,32	89,48%
Contratos 2011 e 2016	947	R\$ 4.796.251,41	R\$ 473.042,25	R\$ 4.305.428,84	72,69%

Caso o contrato 0082 não possa ter o reajuste discriminado abaixo os outros dois contratos terão que subsidiá-lo.

GRUPO DE CONTRATOS	REAJUSTE		
	TÉCNICO	FINANCEIRO	TOTAL
Contrato 0082	50,85%	7,54%	62,23%
Contratos 0082 + 2011 e 2016	9,97%	7,54%	18,26%
Contratos 2011 e 2016	0,00%	7,54%	7,54%

coop Rede de Apoio Social Empresarial

"Cuidamos com carinho pelo bem-estar de cada um."

ANS 32 089-7

Unimed ft
Centro Sul Fluminense

Unimed Centro Sul Fluminense
Praça Oliveira Figueiredo, nº90
27120-260 Barra do Piraí, Rio de Janeiro - RJ
1.2041.2447.7000

Nesse sentido, deverá ser adotado o reajuste de 18,26% que corresponde ao reajuste referente a sinistralidade de 9,97%, acrescido do reajuste administrativo, que corresponde aos custos de gestão não assistencial (luz, impostos, funcionários, etc.) o qual adotamos para correção o Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), conforme nosso contrato.

Dessa forma, contamos com a costumeira compreensão para que possamos continuar prestando nossos serviços com a elevada eficiência.

Sendo o que se nos oferece para o momento, subscrevemo-nos com elevada estima e distinto apreço.

Atenciosamente,

[Assinatura]
Diretoria Executiva
Unimed Centro Sul Fluminense

Anexo 6 - Esclarecimentos do reajuste aplicado no grupo de contratos com menos de 30 vidas:

Fazem parte do agrupamento todas as empresas com menos de 30 vidas na data base do cálculo (O agrupamento é único e compreende todas as empresas com menos de 30 vidas inclusive as IPBs)

“Art. 9o Para a aplicação do percentual de reajuste calculado, não será necessária a autorização prévia da ANS, porém, poderão ser solicitados, a qualquer tempo, a metodologia e os dados utilizados pela operadora no cálculo do reajuste do agrupamento para a verificação do percentual aplicado.”

Este contrato faz parte do agrupamento de contratos (Pool de Risco), regulamentado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e conforme previsto no contrato, o percentual ou o valor referente ao reajuste da mensalidade é calculado através dos critérios descritos abaixo, cumulativamente:

- Financeiro (RF): Variação acumulada, no período base, do IGPM (Índice de Preço do Mercado), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na falta deste, por outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda no período ;
- Sinistralidade (RtécnicoIdeal): será calculado pela fórmula:

$$R_{\text{Técnico Ideal}} = \frac{S + \frac{1,15 * \sigma}{\sqrt{n}}}{S_m} - 1$$

Despesa

Receita Onde:

S = Sinistralidade média do período =

1,15 representa $z \sim N(0;1)$ para um determinado nível de confiança (87,5%)

σ = desvio padrão da Sinistralidade mês a mês

n = número de meses observados

S_m = Meta de Sinistralidade = 75%

Uma vez que este contrato faz parte do agrupamento de contratos (Pool de Risco), as receitas e despesas utilizadas no cálculo da sinistralidade são relativas a todo agrupamento.

Se $R_{\text{Técnico Ideal}} \leq 0$; $R_{\text{Técnico Ideal}} = 0$

Sendo R o percentual de reajuste anual a ser aplicado sobre a contraprestação vigente, temos que:

$$R (\text{Reajuste Anual}) = ((1+RF) \times (1+ R_{\text{Técnico Ideal}})-1) \times 100$$

Memória de Cálculo do Reajuste

Período Base : fevereiro de 2017 a janeiro de 2018

Reajuste Financeiro (RF):

- variação do IGPM divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, que no período base foi de **6,66%**.

Reajuste por Sinistralidade (RTécnico Ideal):

A sinistralidade apurada para o período base é de 87,02%.

Baseado na fórmula indicada anteriormente:

$$R_{\text{Técnico Ideal}} = \frac{0,8702 + \frac{1,15 * 0,325079}{\sqrt{12}}}{0,75} - 1 = \mathbf{30,42\%}$$

Logo, o reajuste anual a ser aplicado é o reajuste financeiro acumulado com o reajuste por sinistralidade:

$$\text{Reajuste anual} = ((1+RF) \times (1+ R_{\text{Técnico Ideal}})-1) \times 100 = ((1+6,66\%) \times (1+30,42\%)-1) \times 100 = 39,10\%.$$

$$\text{Reajuste Anual Calculado} = 39,10\%$$

Obs: A operadora definiu pela aplicação do reajuste de 22,74%, ou seja, abaixo do reajuste calculado.

A **RN 309/2012** estipula que a operadora deverá calcular um único percentual de reajuste, que deverá ser aplicado para todo o agrupamento dos seus contratos coletivos com menos de 30 vidas, independentemente do plano contratado. O valor do percentual do reajuste calculado deverá ser único, sendo proibido qualquer tipo de variação. Para tanto, as operadoras deverão complementar os contratos desses consumidores até o dia 30 de abril de 2013. Tal alteração (aditamento) deverá conter a metodologia de cálculo do percentual de reajuste, bem como a fórmula ou outro meio adotado para se calcular o percentual de reajuste, de forma clara. Deverá estar prevista ainda a quantidade de beneficiários adotada para a formação do agrupamento e as eventuais segmentações do agrupamento (ambulatorial, hospitalar, referência, com ou sem obstetrícia ou odontologia).

Nova norma

A norma do agrupamento já está em vigor e é obrigatória para os contratos coletivos com menos de 30 vidas (mas se a operadora quiser fazer o agrupamento para contratos com 30 vidas ou mais também pode, a seu critério).

A norma não vale para os seguintes casos:

- contratos antigos que não tiverem sido adaptados à Lei de Planos de Saúde;
- os contratos de planos exclusivamente odontológicos;
- a planos exclusivos para ex-empregados (regulamentados pela RN 279/2011); e
- a planos com formação de preço pós-estabelecido (planos em que o consumidor não paga mensalidade e apenas paga à empresa após a utilização do serviço).

O primeiro reajuste (de maio de 2013 a abril de 2014) será aplicada exatamente na data de aniversário do contrato (que é a data de assinatura do contrato pela empresa/associação/sindicato com a operadora). Já o segundo reajuste (maio de 2014 a abril de 2015) poderá ser aplicado em qualquer dia do mês de aniversário do contrato.

A operadora deverá divulgar até o primeiro dia útil do mês de maio de cada ano, e manter em seu endereço eletrônico na internet, o percentual de reajuste a ser aplicado ao agrupamento de contratos, bem como identificar os contratos que receberão o reajuste.